

Guiné-Bissau / Dinis ao Barros

Aquisição. 7.5.81

INFORMAÇÃO

No quadro da Unidade Guiné-Cabo Verde prevista no programa do PAIGC, logo após a Independência Nacional deu-se início às v conversações com a Guiné-Bissau com vista à criação de uma Companhia Mista de Transportes Marítimos, por corresponder aos objectivos políticos e económicos dos dois países.

Apesar de sérias dificuldades iniciais derivadas da incompreensão, por parte da Guiné-Bissau, das vantagens de tal empreendimento, foi criada a Sociedade Mista denominada NAGUICAVE com o capital social de 25.000.000\$00, constituída pelo Estado de Cabo Verde (48%), por particulares nacionais (4%) e pelo Estado da Guiné-Bissau (48%).

A maior parte do Capital da Guiné-Bissau foi realizada com um empréstimo do Banco de Cabo Verde. Este Banco financiou igualmente a compra dos dois barcos, "Santo Antão" e "Ilha de Komo", no valor de 164.095.308\$00, incluindo juros, que passaram a pertencer à Companhia depois de negociações com o Governo de Cabo Verde, que os adquiriu no quadro do seu programa de investimentos.

O funcionamento da Naguicave começou a ser satisfatório, apesar da falta de organização em várias estruturas dos dois países, agravando-se a pouco e pouco com uma certa indefinição da posição de Bissau quanto à utilização dos barcos da Companhia. Esta situação atingiu o seu ponto de rotura depois do golpe de Estado na Guiné-Bissau e a conseqüente criação do PAICV em Cabo Verde.

Destacam-se os seguintes aspectos da análise dos exercícios:

- Grandes deficiências de manutenção que resultaram em várias avarias, algumas grossas;
- Dependências do estrangeiro, nomeadamente no recrutamento de capitães e chefes de máquinas;
- Tarifas de fretes abaixo das praticadas na região (tabela COMAC);
- Demora excessiva nos portos, nomeadamente o de Bissau, dificultando a exploração;

.../

PP/GB

- Encargos financeiros elevados (juros e comissões às agências);
- Aumento das despesas de funcionamento com destaque para o agravamento progressivo dos combustíveis e lubrificantes.

Como consequência dos pontos anteriores registou-se um défice de nove milhões quinhentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta e seis escudos e cinquenta centavos (9.522.286\$50), sem contar com amortizações e reintegrações.

Depois do recente encontro com o Conselho de Administração em S. Vicente, considera-se que há um impasse na vida da Empresa apesar de os barcos estarem a navegar, pois a nossa posição assumida depois do Golpe de Estado, a falta de contacto, e a situação económica da Companhia leva-nos a concluir:

- Destruída a força política que emanava do PAIGC a sociedade é inviável em termos políticos;
- Os resultados dos dois últimos exercícios não encorajam a sua continuidade;
- Uma nova orientação para a frota e a criação de uma sociedade de nacional deve ser definida no quadro do desenvolvimento da nossa Marinha Mercante.

Estando para breve a reunião da Assembleia Geral (13 a 16 de Maio) e devendo ser debatida a vida futura da Sociedade, submetemos o assunto à consideração superior a fim de permitir uma posição coerente com os altos interesses nacionais, durante a próxima sessão do órgão máximo da Sociedade.

Ministério dos Transportes e Comunicações, na Praia, 30 de Abril 1981.

O MINISTRO,

HERCULANO VIEIRA